



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1019081-44.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Nulidade / Inexigibilidade do Título**  
 Requerente: **Luperplas Indústria e Comércio de Plástico Ltda**  
 Requerido: **Nextel Telecomunicações Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Arielle Escandolhero Martinho Fernandes**

Vistos.

Trata-se de ação declaratória de inexigibilidade de débito cumulada com pedido de danos morais proposta por LUPERPLAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA contra NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. Sustenta a autora que cancelou os serviços contratados com a requerida em maio de 2015 (contratos de números 1456727 e 1194370) e, mesmo após o cancelando, continuou recebendo cobranças referentes aos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2015. Aduz que ligou para a requerida diversas vezes para tentar o cancelamento, sem sucesso, e que fora surpreendida com a negativação de seu nome. Requereu a antecipação de tutela, para que seu nome fosse retirado do cadastro de inadimplentes. Pede, além da declaração de inexistência de débitos, danos morais no importe de R\$ 8.000,00.

Deferida a tutela antecipada às fls.78.

Devidamente citada, a ré apresentou contestação sustentando a existência de prestação de serviços, e a ausência de cancelamento deste pela autora. Aduz a impossibilidade de aplicação do Código de Defesa do Consumidor, bem como a inexistência de dano moral indenizável.

Réplica às fls. 120/122.

É o relatório.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Fundamento e decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do NCPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

Alega a empresa autora que contratou a prestação de serviços com a ré, bem como a locação de aparelhos, mas que, em maio de 2015, procedeu ao cancelamento da linha. Todavia, aduz que continuou recebendo as cobranças, e teve seu nome negativado.

O Código de Defesa do Consumidor, não obstante ser a autora pessoa jurídica, é aplicável ao caso em tela, eis que é hipossuficiente técnica, sendo cabível a inversão do ônus da prova. Destaca-se que a hipossuficiência de que trata a lei é aquela decorrente da vulnerabilidade nas suas três vertentes: a técnica, quando decorrente da falta de conhecimento quanto às características do bem ou quanto sua utilidade; a jurídica ou científica, diante da "falta de conhecimentos jurídicos específicos, conhecimentos de contabilidade ou de economia"; e, a fática ou sócioeconômica, na qual o "fornecedor que por sua posição de monopólio, fático ou jurídico, por seu grande poder econômico ou em razão da essencialidade do serviço, impõe sua superioridade a todos que com ele contratam" ( Marques, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor, 3ª ed. São Paulo: RT, p. 147/149 ).

Aliás, como bem esclarece a mesma autora, "esta vulnerabilidade, no sistema do CDC, é presumida para o consumidor não-profissional, e para o consumidor pessoa física" ( op. cit., p. 148 ). Logo, caracterizada a relação de consumo e presentes os requisitos para a inversão do ônus da prova, de rigor a aplicação do artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. E a interpretação a ser adotada é aquela favorável à parte tecnicamente mais frágil na relação comercial de consumo.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Nesse sentido: 0000927-30.2012.8.26.0071 *Apelação – Prestação de serviços de telefonia – Ação declaratória c.c. repetição de indébito e indenização por danos morais – Cobrança indevida – Faturas pagas – A relação mantida entre as partes é de consumo - O fato da autora ser pessoa jurídica, por si só, não descaracteriza a situação de consumidora, posto que ela (suplicante) é destinatária final do serviço prestado. Com efeito, os serviços prestados pela ré são utilizados em benefício próprio, sem transformação ou beneficiamento na cadeia produtiva da suplicante – Invertido o ônus da prova, a empresa de telefonia apelante não logrou demonstrar séria e concludentemente a efetiva prestação dos serviços cobrados. Pedido de devolução em dobro com fundamento no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor do montante cobrado e pago indevidamente. Só pode repetir o indébito quem pagou e não quem foi simplesmente cobrado – O C. STJ firmou recentemente entendimento de que a restituição, em dobro, do valor indevidamente cobrado e pago, independe da existência de dolo, má-fé ou culpa. Apenas o engano justificável afasta a restituição em dobro do valor cobrado indevidamente. In casu, não houve engano justificável. Destarte, o acolhimento do pedido de condenação da ré à devolução do indébito em dobro, é de rigor. Danos Morais. Caracterização. Descumprimento contratual que causou abalo à imagem da apelante, perante o público. Indenização Devida – Precedentes jurisprudenciais, inclusive desta C. Câmara. Recurso Improvido.” (Relator(a): Neto Barbosa Ferreira; Comarca: Bauru; Órgão julgador: 29ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 05/08/2015; Data de registro: 05/08/2015)*

A própria ré, não obstante negar o cancelamento da prestação dos serviços pela autora na contestação, admite posteriormente que houve o cancelamento em agosto de 2015. A divergência entre o mês exato do cancelamento deve ser resolvida pelo ônus da prova, invertido em favor da autora. Não obstante os documentos juntados pela ré às fls.132/135 (resumo do chamado), as mídias de gravações telefônicas não foram juntadas aos autos. Assim, tendo em conta que o resumo do chamado foi produzido de forma unilateral pela requerida, a procedência do pedido de declaração de inexistência de débito se impõe.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

No que tange ao pedido de indenização por danos morais, também há procedência da ação. A autora tentou por diversas vezes cancelar os serviços prestados pela ré, sem sucesso, e disso resultou, ainda, uma negativação indevida. Assim, claro está que a autora sofreu transtornos que ultrapassam o mero dissabor. De acordo com a Súmula 227 do STJ, a pessoa jurídica pode sofrer dano moral.

Nesse contexto, atento aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, tendo por mira o desincentivo da ré na reincidência de conduta semelhante, observando a condição econômica das partes litigantes, fixo o dano moral em R\$ 8.000,00, conforme pedido na inicial, corrigidos desde a propositura da ação pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo, e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês desde a citação, que certamente não importará em enriquecimento sem causa à autora, nem tampouco em empobrecimento da ré, que se trata de uma das maiores empresas de telefonia do Brasil.

Diante do exposto, julgo procedente a ação para declarar a inexistência de débito, como constou da inicial, bem como para condenar a ré ao pagamento de R\$ 8.000,00, corrigidos desde a propositura da ação pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo, e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês desde a citação. Imputo à ré o pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor atualizado da condenação.

P.R.I

São Carlos, 20 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**